

Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular*

Palavras-chave: Interiorização do ensino; mobilidade populacional; educação; desenvolvimento regional.

Wilson Fusco - Sociólogo e Doutor em Demografia. Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: <wilson.fusco67@gmail.com>

Ricardo Ojima - Sociólogo e Doutor em Demografia. Professor Adjunto no Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: <ricardo.ojima@gmail.com>

*Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016

1. Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) viabilizou o aumento do número de instituições, cursos e vagas em todo o país, além de permitir alternativas de ordem organizacional e curricular. No mesmo sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) para o decênio 2001-2010 aplicou uma política focada na expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento nacional. A partir desses dois marcos legais, o resultado observado foi a ampliação do número de vagas em instituições de ensino superior em ritmo mais acelerado que o crescimento populacional, proporcionando maior acesso da população a esse nível de ensino. Ainda que os efeitos dessa política tenham atingido todo o país, o recorte territorial a ser analisado neste trabalho restringe-se à Região Nordeste do Brasil, em função da desigualdade, frente a outras regiões, em termos de atendimento da demanda de sua população para acesso a cursos superiores.

A Região Nordeste apresenta indicadores que evidenciam a desigualdade social de sua população quando comparada ao Brasil como um todo (AB'SABER, 1999; MARTINE, 1994; SANTOS; MOREIRA; MOURA, 1990; ARAUJO, 1997; OJIMA, 2013). Da mesma forma, os municípios do interior do Nordeste oferecem menos condições (econômicas, sociais, laborais etc.) do que as suas respectivas capitais. No entanto, essa situação vem se modificando, especialmente durante a década de 2000, e um dos fatores responsáveis é a ampliação do acesso à formação superior para a população do interior. Como uma das consequências, além de oferecer a oportunidade aos residentes dos municípios contemplados com infraestrutura e recursos humanos para aceder ao ensino universitário, esse processo permitiu a residentes de municípios vizinhos, por meio do movimento pendular, a mesma opção, aos quais, de outro modo restaria a alternativa de buscar um diploma em instituições das capitais, onde se concentravam a maioria das oportunidades até então.

Caso não houvesse esse processo de expansão, certamente, continuaria a existir obstáculos à necessária melhoria na formação dessa população, cenário este que vem sendo superado no período recente. Neste contexto, este estudo investiga os efeitos da ampliação do número das instituições de ensino superior e, mais especificamente, do número de indivíduos matriculados nesse nível de ensino na mobilidade pendular e novos processos de regionalização e integração nos municípios interioranos da Região Nordeste do Brasil.

2. Aspectos metodológicos

As principais fontes de informações utilizadas foram os bancos de dados dos Censos da Educação Superior do INEP, de 2000 e de 2010, e dos Censos Demográficos do IBGE, também de 2000 e de 2010. Com relação aos dados do INEP, utilizaram-se as informações necessárias à quantificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e das correspondentes vagas de graduação ocupadas (alunos matriculados), à medida de sua variação entre 2000 e 2010, e ao cotejamento desses números com o tipo de administração da instituição (pública e privada) e com as Unidades da Federação da Região Nordeste.

Os dados dos Censos Demográficos (IBGE) foram utilizados para elaborar o perfil do estudante universitário (em termos de sexo, idade, cor/raça) em 2000 e 2010, evidenciando a mudança no volume e nas características das pessoas com acesso à educação superior durante o período analisado. Além disso, e mais importante, os dados censitários permitiram descrever e mensurar os deslocamentos pendulares vinculados à frequência escolar dos graduandos e sua variação na década.

Cabe destacar uma mudança no quesito sobre pendularidade entre os censos. Ainda que em ambos haja a informação sobre deslocamento para estudar/trabalhar em outro município, o Censo de 2010 apresenta a estimativa de contingentes que estudam em outro município em separado do número de indivíduos que trabalham nessa condição, enquanto que em 2000 a informação da pendularidade é apresentada como sendo motivada por estudo e/ou trabalho. Os procedimentos utilizados para atenuar essa limitação da informação de 2000 correspondem à utilização de filtros adequados.

3. Resultados e discussão

A população residente no país cresceu a 1,2% ao ano durante a década de 2000, enquanto que a população dos municípios do interior da Região Nordeste cresceu a 1,0% a.a. e o conjunto das capitais da região cresceu a 1,3% a.a. (IBGE, 2000; 2010). Nesse mesmo período, o contingente de indivíduos matriculados em IES no país cresceu a 7,3 % a.a., enquanto que nos municípios das capitais do Nordeste esse crescimento foi de 9,0 % a.a. e nos municípios do interior foi de 11,1% a.a., ritmo superior ao do país e das capitais da região (INEP, 2000; 2010). As primeiras constatações são de que a Região Nordeste avançou no sentido de diminuir a desigualdade em termos de população matriculada em relação ao resto do país e, igualmente importante, que os municípios do interior da região também diminuíram a desigualdade em relação às

capitais. Desnecessário dizer que as taxas de crescimento da população e de matriculados não são homogêneas quando observadas em recortes territoriais menores.

Cabe comparar a composição do contingente de matriculados em instituições de ensino superior em 2000 e 2010, dado o expressivo aumento do número de estudantes desse nível. Neste estudo, com vistas a conhecer alguns dos efeitos da ampliação do acesso à formação superior, foram selecionadas as variáveis de sexo, idade e cor/raça. A partir dos microdados censitários, observa-se que a média de idade dos estudantes era de 27,25 anos, a proporção de mulheres era de 64,1% e a proporção de não brancos era de 45,0% nos municípios do interior do Nordeste em 2000. Em 2010 essas medidas são de 27,35 anos, 64,1% de mulheres e 61,0% de não brancos. A pequena variação na média de idade e a exata correspondência na proporção de mulheres e homens no período considerado devem ser analisadas com cuidado.

De fato, quando se desagregam as variáveis para recortes territoriais menores as mudanças na composição dos estudantes aparecem, conforme se observa na Tabela 1. Ainda assim, pode-se apontar que a expectativa era de que a idade média iria diminuir, uma vez que a emergência de oportunidade de acesso ao sistema ensino superior no interior teria captado matrículas de jovens recém-saídos do ensino médio, proporcionalmente mais do que em períodos anteriores. O que se verificou é que, se a idade média do estudante aumentou na população agregada, no Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte a idade média diminuiu entre 2000 e 2010. Também o resultado da não variação na composição por sexo merece maior detalhamento, mas a exploração desses dados será realizada em outro estudo. Por outro lado, a ampliação do acesso da população não branca ao ensino superior, evidenciando a democratização desse acesso, ocorreu em praticamente todos os recortes e tipo de administração (pública e particular) (FUSCO; OJIMA, 2015).

Tabela 1
Municípios do Interior de UFs do Nordeste. Distribuição percentual da população residente com 16 anos ou mais, matriculados em IES por sexo e idade média segundo UF de residência por ano. 2000 e 2010.

UF (interior)	2000			2010		
	Masc.	Fem.	Idade média	Masc.	Fem.	Idade média
Maranhão	32,3	67,7	27,7	32,4	67,6	28,0
Piauí	32,7	67,3	27,6	33,6	66,4	27,2
Ceará	29,4	70,6	27,6	36,1	63,9	26,5
Rio Grande do Norte	37,1	62,9	26,7	40,3	59,7	26,6
Paraíba	38,9	61,1	25,8	38,3	61,7	26,0
Pernambuco	37,9	62,1	25,9	37,3	62,7	27,0
Alagoas	34,9	65,1	26,4	35,2	64,8	27,9
Sergipe	33,2	66,8	26,5	38,4	61,6	26,7
Bahia	39,5	60,5	25,4	34,8	65,2	28,5

Fonte: Censo Demográfico, 2000 e 2010. Tabulação própria.

Com relação ao movimento pendular, os efeitos da ampliação do acesso à formação superior podem ser observados em todos os recortes: a população do Brasil, sem contar com o Nordeste, apresentou crescimento de 11,1% a.a. no número de pendulares para estudo em nível superior; nas capitais no Nordeste o aumento foi de 9,9% a.a.; nos municípios do interior do Nordeste esse crescimento foi de 18,4% a.a., superior aos recortes anteriores e também superior ao próprio crescimento do número de estudantes nesse nível nos municípios em referência, que foi de 11,1% a.a., como visto anteriormente. Esse aumento de pendulares já revela a importância da interiorização das instituições de ensino superior no Nordeste, pela oportunidade a pessoas que, de outra forma, teriam grande dificuldade em atingir essa qualificação em termos de nível de instrução.

A comparação entre as proporções de estudantes que pendulavam em 2000 e em 2010 é outra forma de descrever o fenômeno e possibilitar o aprofundamento da análise. Segundo a Tabela 2, dentre os estudantes dos municípios interioranos do Nordeste em 2000, 31,8% estudavam em outro município, enquanto que em 2010 essa proporção passa a 47,5%. Ademais, cabe detalhar a novidade nos municípios de destino da pendularidade durante o período analisado. Como exemplo (a partir de dados não apresentados), destacamos o caso de Pernambuco: em 2000, 46,2% dos estudantes do interior pendulavam, e, destes, 72,0% tinha a capital como destino; em 2010, a proporção dos que escolhiam outro município para estudar era de 61,0%, dos quais 40,2% se dirigiam ao Recife.

Tabela 2

Municípios do Interior de UFs do Nordeste. Distribuição percentual da população residente com 16 anos ou mais, matriculados em IES e que praticavam mobilidade pendular para estudo, segundo o ano. 2000 e 2010.

UF exceto capitais	2000	2010
Maranhão	23,8	32,3
Piauí	21,5	40,6
Ceara	21,1	45,6
Rio Grande do Norte	33,0	59,2
Paraíba	27,8	51,2
Pernambuco	46,2	59,2
Alagoas	25,4	64,3
Sergipe	28,0	64,4
Bahia	33,3	38,7
Nordeste	31,8	47,5

Fonte: Censo Demográfico, 2000 e 2010. Tabulação própria.

Fica evidente que a descentralização das instituições de nível superior provocou a emergência de novos polos ou nós na rede de municípios das UFs nordestinas. A partir desses e de outros indicadores, como o saldo municipal dos movimentos pendulares (pendulares que entram menos os que saem), serão elaborados futuramente cartogramas para auxiliar na análise espacial sobre a emergência desses novos polos. Ademais, em estudos futuros os resultados serão desagregados por outros recortes territoriais e pelo tipo de administração das IES (pública ou particular) para melhor compreensão dos efeitos da ampliação das vagas ocupadas no ensino superior no interior do Nordeste.

4. Considerações finais

Em termos relativos, a população do interior do Nordeste cresceu menos que a das respectivas capitais e que o resto do país. No entanto, o crescimento do número de vagas ocupadas no nível superior foi mais intenso nos municípios do interior do Nordeste do que nas capitais e mesmo do que no resto do país. Esse aumento proporcionalmente maior do que em outros recortes, por si só, aponta para o efeito esperado e observado de ampliação em volume nos movimentos pendulares a partir desses municípios, além da esperada democratização do acesso, também observada.

Além disso, a descentralização das instituições de ensino superior proporcionou a emergência de novos polos, o que mudou a relação desses municípios com as

respectivas capitais, oferecendo condições para, num futuro próximo, também o contexto econômico possa colaborar com a diminuição da desigualdade social entre os recortes analisados. Trata-se de um novo desenho de desenvolvimento regional pautado por um perfil distinto de seletividade migratória e de fatores de atração/repulsão. Cabe explorar, ainda, os impactos no perfil sociodemográfico e nas novas formas de organização regional destes contextos (OJIMA; MARANDOLA JR, 2012), pois são regiões que tradicionalmente tiveram baixo (ou negativo) crescimento populacional.

Enfim, mesmo sendo um trabalho em andamento, pode-se afirmar a partir destes resultados preliminares que a interiorização do ensino superior no Nordeste teve impactos mais significativos do que no resto do país. Além disso, tais impactos não dizem respeito apenas aos níveis de escolaridade, mas ampliou-se o dinamismo territorial em contextos socioeconômicos desfavoráveis. Antes a população dessas regiões tinha pouca chance de acessar o ensino superior, uma vez que a distância aos grandes centros se constituía em obstáculos praticamente intransponíveis para muitos indivíduos. Assim, os investimentos em ampliação da oferta de vagas no ensino superior trouxeram efeitos não esperados que merecem maior atenção aos estudos populacionais e também regionais.

5. Referências

- BRASIL Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, n. 248, 23 de dez. 1996. P.27833.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- SANTOS, T.F.; MOREIRA, M.M.; MOURA, H.A. A população do nordeste em face da transição demográfica. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP. 1990.
- AB'SABER, A.N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados, IEA/USP: São Paulo, v.13, n.36, 1999, p.7-59.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para Discussão, IPEA: Brasília, 1994.
- ARAÚJO, T.B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Revista Estudos Avançados, Dossiê Nordeste, São Paulo, v. 11, n. 29, abr. 1997.
- OJIMA, R.. Urbanização, Dinâmica Migratória e Sustentabilidade no Semiárido Nordeste: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 15, p. 35-54, 2013.

FUSCO, W.; OJIMA, R.; "A interiorização do ensino superior em Pernambuco e seus efeitos na mobilidade pendular", p. 81-92 . In: Anais do IX Encontro Nacional Sobre Migrações - IX GT Migração [=Blucher Social Science Proceedings, v.2, n.2].. São Paulo: Blucher, 2016.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. . Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 14, p. 103-116, 2012.